

Governo do RJ assina 14 novos decretos de isenções fiscais

06/10/2016 19h38 - Atualizado em 06/10/2016 19h38

Ao mesmo tempo em que o governo precisa cortar gastos e aumentar a arrecadação, o governo do [Rio de Janeiro](#) continua investindo nas isenções fiscais. O caso foi revelado pelo jornal Extra desta quinta-feira (6).

Dias depois da divulgação do relatório da Secretaria de Fazenda confirmando que o governo estourou o limite de endividamento, o governador em exercício, Francisco Dornelles assinou decretos que tratam de isenções fiscais.

O estado vai abrir mão de recolher impostos de mais de dez empresas dos setores de distribuição, beleza, cosméticos, alimentos e bebidas.

Para a secretaria estadual de Desenvolvimento Econômico, os 14 decretos editados vão garantir mais R\$ 270 milhões, por ano, na arrecadação e seis mil empregos em todo o estado serão gerados ou mantidos.

“Eu sou a favor dos incentivos fiscais desde que ele traga os resultados. A redução do icms tem como objetivo uma coisa maior

até fomenta a economia”, disse o secretário de Fazenda, Gustavo Barbosa, ao Bom Dia Rio esta semana.

Segundo o governo, o objetivo das isenções fiscais é atrair mais investimentos para o estado e garantir empregos para os trabalhadores. Ao mesmo tempo, o governo ainda não descartou a possibilidade de aumentar impostos.

Para o deputado Luiz Paulo Correa da Rocha, presidente da Comissão de Tributação da Alerj, este é o momento de parar de conceder isenções e ver se as empresas que já foram beneficiadas cumpriram com suas obrigações de investir, gerar empregos e não sonegar.

Governo suspende pagamentos a fornecedores e prestadores

Foi publicado na edição desta quinta-feira (6) do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro [decreto assinado pelo governador em exercício, Francisco Dornelles](#), que estabelece medidas para conter os gastos do governo. Entre as ações, está a suspensão de recursos para novos pagamentos de despesas com fornecedores e prestadores de serviços de várias áreas da administração pública.

De acordo com o decreto, a restrição a novos empenhos, nos próximos 30 dias, só não se aplica às secretarias da Saúde, Educação, Segurança Pública e Administração Penitenciária, além de instituições ligadas ao Poder Judiciário. O novo pacote de medidas foi anunciado pela assessoria de imprensa da Secretaria de

Fazenda na terça-feira (4). Segundo informou a pasta, só serão pagos os empenhos que já possuem ordem de pagamento.

Notícias da sua região



